

25
m

245



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

AGRAVO Nº 0188880-6/01

**AGRAVANTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, sucessor por
incorporação do Banco ANO AMRO Real S/A**

AGRAVADO: MARIA DO CARMO ARRUDA MELO

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

SEXTA CÂMARA CÍVEL (24.11.2009)

EMENTA: AGRAVO LEGAL - COBRANÇA DE
EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETA
DE POUPANÇA -- RESPONSABILIDADE DAS
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PELO
PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS -- RELAÇÃO DE
CONSUMO CONFIGURADA - AUSÊNCIA DE
ARGUMENTOS SUFICIENTES PARA MODIFICAR
O ENTENDIMENTO DA DECISÃO AGRAVADA -
NEGADO PROVIMENTO AO AGRAVO -
DECISÃO UNÂNIME.

- I) **DA RELAÇÃO DE CONSUMO** -- demonstrada a
relação de consumo, dever das instituições financeiras
efetuar o pagamento das diferenças decorrentes dos
planos econômicos.
- II) **AGRAVO** -- Os argumentos trazidos no agravo
foram insuficientes para modificação do *decisum*
atacado. **PROVIMENTO NEGADO À
UNANIMIDADE DE VOTOS.**


ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo Legal nº
00188880-6/01, da Comarca de Recife, em que são partes as acima indicadas;
Acordam os Desembargadores que compõem a Sexta Câmara Cível do Tribunal

246 26
m

de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos em **NEGAR PROVIMENTO** ao Agravado, de acordo com o voto do relator e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 17 de dezembro de 2009.


Des. Fernando Martins
RELATOR

mm



RECURSO DE AGRAVO 0188880-6/01

AGRAVANTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, sucessor por incorporação do Banco ABN AMRO Real S/A

AGRAVADO: MARIA DO CARMO DE ARRUDA MELO

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

Sexta Câmara Cível

RELATÓRIO

Alega o recorrente, inicialmente, que o relator negou seguimento ao recurso de apelação interposto, sob fundamento de que a pretensão recursal esta em desacordo com a jurisprudência dominante do STJ, porém não é verdadeira tal assertiva.

Aduz ainda que o presente caso é de extinção sem julgamento do mérito, pois à parte autora não trouxe qualquer documento comprobatório de que possuía conta na instituição bancária referida.

Afirma que é parte ilegítima e que não é responsável pela alteração dos índices de correção monetária e sim o Poder Público e que agiu em conformidade com lei federal vigente à época, bem como pelos seus órgãos fiscalizadores (Banco Central e Conselho Monetário Nacional).

Quanto a aplicação do CDC se insurge a agravante alegando que a sua aplicabilidade deve se dar não somente no tocante a inversão do ônus da prova, mas também no que diz respeito ao prazo prescricional consumerista, de acordo com o seu art. 27.

Por fim pugna pela reforma da decisão vergastada ou que seja colocada na mesa para julgamento, face ao não exercício do juízo de retratação, pondo o feito em julgamento colegiado.

É o relatório.

Recife, 18 de 11 de 2009.


DES. FERNANDO MARTINS
RELATOR

RECURSO DE AGRAVO 0188880-6/01

AGRAVANTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, sucessor por incorporação do Banco ABN AMRO Real S/A

AGRAVADO: MARIA DO CARMO DE ARRUDA MELO

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

Sexta Câmara Cível

VOTO

Em síntese, o agravante requer a reforma da decisão, para que seja dado seguimento e provimento à Apelação interposta.

A alegação de que a decisão atacada não tem respaldo jurisprudencial do STJ não há como prosperar.

Mesma sorte não tem a agravante quando diz pugna pela extinção do feito sem julgamento do mérito, em razão de a parte agravada não ter apresentado documentos indispensáveis a propositura da ação. Como bem asseverado na decisão, ora desafiada, tais documentos foram juntados às fls.121 à 138 dos autos em apenso. Sendo assim não há que se falar em extinção sem julgamento do mérito.

Quanto a aplicabilidade do CDC, Segundo jurisprudência do STJ, é aplicável aos contratos de depósito em caderneta de poupança firmados entre as instituições financeiras e os seus clientes, o que se aplica ao presente caso.

Neste sentido, colaciono o seguinte julgado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. CADERNETA DE POUPANÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO REJEITADA. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. ART. 177 CC/16 E ART. 2.028 DO NOVO CÓDIGO CIVIL. CRITÉRIO DE REMUNERAÇÃO. CONSTITUI DIREITO ADQUIRIDO DOS POUPADORES, CONFORME DISPÕE O ART. 5º, XXXVI DA CF, A INCIDÊNCIA DO REGRAMENTO VIGENTE À ÉPOCA DO ANIVERSÁRIO DA CONTA-POUPANÇA, ASSIM CONSIDERADA A DATA DE DEPÓSITO. DATA-BASE. ÔNUS DA PROVA DO BANCO. ART. 333, II, DO CPC. **Aplicação do CDC às instituições bancárias. Hipossuficiência do poupador. grifos(...)** REJEITARAM A PRELIMINAR E NEGARAM PROVIMENTO AO APELO. (Apelação Cível Nº 70015877525, Primeira Câmara Especial Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Miguel Ângelo da Silva, Julgado em 10/10/2006)

Quanto as demais arguições, encontram-se bem tratadas no corpo do *decisum* atacado, bem como nos arestos da Corte Superior, pertinentes a matéria.

Por tais motivos, não vislumbro no julgado violação aos princípios



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

249 / 26

constitucionais, não sendo, portanto, as razões trazidas com o presente recurso suficientes para modificar meu entendimento.

Por todas as razões expostas, **NEGO PROVIMENTO AO AGRAVO**, mantendo-se intacta a decisão, ora atacada.

É como Voto.

Recife, 24 de 12 de 2009.

DES. FERNANDO MARTINS
RELATOR



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

27
m
250

SEXTA CÂMARA CÍVEL – 24.11.2009

AGRAVO Nº 18880-6-01 - RECIFE

AUTOR: BANCO SANTANDER BRASIL S/A, SUCESSOR POR
INCORPORAÇÃO DO BANCO ABN

RÉU: MARIA DO CARMO DE ARRUDA MELO

RELATOR: DESEMBARGADOR FERNANDO MARTINS

RELATÓRIO CONSTANTE DE FL. 19 DOS AUTOS.

VOTO DO RELATOR CONSTANTE DE FLS. 20/21 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR HERIBERTO GALVÃO

Acompanho Vossa Excelência.

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA

Acompanho Vossa Excelência.

DECISÃO

“À UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO DE AGRAVO
NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR”.

Diogenes